



## O MACHISMO CONTEMPORANEO: UMA PONTE AO PASSADO

Lidiane Camila Simão <sup>1</sup>  
Vagner Custodio <sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo levantar o questionamento do quanto a história do Brasil vem sendo marcada por um machismo enraizado até os tempos contemporâneos, fazendo uma ponte diretamente com o passado. No primeiro momento a proposta é realizar uma reflexão analítica de caráter qualitativo e ressaltar a urgência de problematizações contextualizadas sobre as várias formas de preconceitos sofridos por mulheres na história até os dias atuais.

**Palavras-chave:** Mulheres, Machismo, Educação.

### INTRODUÇÃO

A História das mulheres possui características bem peculiares em sua trajetória, quando levamos em consideração a questão de ser mulher no Brasil já podemos exemplificar vários fatores negativos que esse gênero carrega pelo simples fato do machismo ser enraizado em nossa sociedade.

Desta forma, torna-se evidente a importância de se relacionar todo esse contexto histórico para se justificar o machismo que até hoje se perpetua na sociedade atual desde os primeiros anos do país. Esse projeto será válido por elencar os principais problemas que afetam a mulher na sociedade dentre todos os relatos bibliograficamente criando assim, fundamentos para afirmar a teoria que se tem de que estamos num círculo vicioso constante de misoginia na sociedade brasileira. O ponto inicial é de que as mulheres se sintam preparadas e informadas para que possam esclarecer os empasses e terem a consciência de que toda forma de violência já vem sendo perpetuada a anos e posteriormente se pensar em maneiras de cessar essa desigualdade de gêneros.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Curso de Educação Sexual da Universidade Estadual Paulista - Unesp, [lidi\\_simao@hotmail.com](mailto:lidi_simao@hotmail.com);

<sup>2</sup> Orientador do Curso de Educação Sexual da Universidade Estadual Paulista - Unesp, [vagner.custodio@unesp.br](mailto:vagner.custodio@unesp.br)



A partir disso, faz-se necessário relatar que o patriarcado as torna invisibilizadas quanto discussões a esse respeito após anos de desigualdade de gênero no Brasil. Pensando nestes aspectos, esse projeto pretende criar prática de forma organizada, didática e agregadora com fundamentos de informação para esse público. introdução deverá conter resumo teórico sobre o tema, apresentação da pesquisa, justificativa implícita, objetivos, síntese metodológica e resumo das discussões e resultados da pesquisa, além de apresentar uma síntese conclusiva acerca do trabalho desenvolvido.

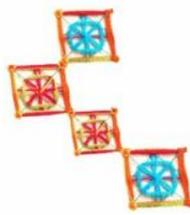
Diante das diversas discussões sobre a ampla diversidade de conceitos sobre as variadas formas de feminismos no Brasil, o tema, no geral, que há pouco tempo se era menos debatido, vem tendo um crescimento bastante significativo devido à repercussão midiática e alta mortalidade do gênero feminino. Apesar de ainda não se obter dados satisfatórios do tema nas áreas de pesquisa.

Após várias conquistas referentes às comunidades feministas no decorrer dos anos, analisando o contexto geral, tem-se muito a pensar e questionar sobre os direitos dessa mesma classe. Sabe-se que a resistência em adquirir direitos iguais referentes a gênero cria um mal-estar que abalam os alicerces de uma sociedade historicamente machista, porém, o questionamento que fica é, até onde se pode aceitar que esse antecedente prejudique a vida, a saúde e a autoestima das mulheres?

### **A história do Brasil e seu machismo enraizado.**

Por volta do século XIX passando para o XX, é que a criança e seus comportamentos são cada vez mais objeto de estudo de pesquisadores da Psicologia, Sociologia, Antropologia, Educação e áreas afins, com o intuito de compreender as mudanças que ocorreram na concepção de infância (OLIVEIRA, 2002).

Percebe-se a falta de sentimento pela infância no século XII, diante da citação de Ariés, o qual afirma que “[...] à arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse a incompetência ou a falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo” (ARIÉS, 25826 1978, p. 50). Neste período, a única diferença entre o adulto e a criança era o tamanho, a estatura, pois assim que apresentavam certa independência física, já eram inseridas no trabalho, juntamente com os adultos. Os pais contavam com a ajuda de seus filhos para realizar plantações, a produção de alimentos nas próprias terras, pescas, caças,



por isso, assim que seus filhos tinham condições de se manterem em pé, já contribuíam para o sustento da família (Henick e Faria, 2015).

A partir do Renascimento Italiano no século XV, ocorre uma diferença quanto à descoberta da infância, no qual a criança passa a ser vista como,

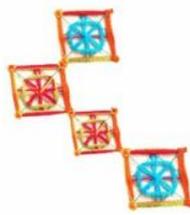
O su [...] um ser inacabado, vista como um corpo que precisa de outros corpos para sobreviver, desde a satisfação de suas necessidades mais elementares, como alimentar-se. Os primeiros anos de vida são para ela, o tempo das aprendizagens do meio que a cerca. Brinca com outras crianças da sua mesma idade e até maiores do que ela; arrisca-se em busca de saberes que lhe poderão ser úteis para viver em comunidade (PASSETTI, s/a. p. 1-2).

Verifica-se esse novo sentimento pela infância, com a afirmação de Ariés (1978, p. 158) “(...) em que a criança, por sua ingenuidade, gentileza e graça se tornava uma fonte de distração e de relaxamento para os adultos, um sentimento que poderíamos chamar de “paparicação” (Henick e Faria, 2015).

Por volta do século XVII, forma-se outro sentimento de infância, no qual se desenvolveu entre os moralistas e educadores da época, inspirando a educação até o século XX. As distrações, brincadeiras e diversões que as crianças traziam até então, foram deixadas de lado, assim:

[...] o apego à infância e à sua particularidade não se exprimia mais através da distração e da brincadeira, mas através do interesse psicológico e da preocupação moral. A criança não era nem divertida nem agradável: “Todo homem sente dentro de si essa insipidez da infância que repugna à razão sadia; essa aspereza da juventude, que só se sacia com objetos sensíveis e não é mais do que o esboço grosseiro do homem racional” (ARIÉS, 1978, p. 162). Agora a visão era de que “Só o tempo poderia curar o homem da infância e da juventude, idades da imperfeição sob todos os aspectos”, assim falava “el discreto de Balthazar Gratien, um tratado sobre educação de 1646[...]” (ARIÉS, 1978, p. 162).

Para os Jesuítas “A puberdade era entendida como o momento da passagem da inocência original da infância à idade perigosa do conhecimento do bem e do mal, em que a criança assumiria o comportamento do adulto” (NETO, 2000, p. 105). Assim, entendiam que a criança deveria receber “luz”, ser “modulada”, antes que atingisse a



idade da puberdade, momento esse, que já seriam corrompidos pelos adultos que estão a sua volta (Henick e Faria, 2015). Nesse momento, verifica-se que o ensino só era ministrado aos meninos, pois os mesmos, na visão dos jesuítas, já estavam preparados para o entendimento.

Segundo Minella (2006), a leitura de gênero privilegiou os fragmentos que evidenciam mais explicitamente o modo como os papéis sexuais reforçam desigualdades e hierarquias.

Detalhando as informações sobre o cotidiano, e informando mais claramente sobre as hierarquias de gênero, FREYRE (2001) aponta que o menino das tribos indígenas “crescia livre dos castigos corporais e de disciplina paterna ou materna. Entretanto, a meninice não deixava de seguir uma espécie de liturgia ou ritual, como aliás toda a vida do primitivo”. Tendo os cabelos cortados, ao alcançar a puberdade o menino era segregado nos “clubes ou casas secretas dos homens, chamadas baito entre as tribos do Brasil Central”. Nesta fase da vida, “processava-se uma verdadeira educação moral e técnica do menino; o seu preparo para as responsabilidades e privilégios de homem”; esta educação incluía as noções de construção, de caça, pesca, técnicas de guerra, canto, música, magia e religião (MINELLA, 2006).

[...] parece que visava assegurar ao sexo masculino o domínio sobre o feminino: educar o adolescente para exercer esse domínio. Eram casas vedadas às mulheres (a não ser as velhas, masculinizadas ou dessexualizadas pela idade) e aos meninos, antes de iniciados. Nelas se guardavam as gaitas e os maracás que mulher nenhuma se lembrasse de querer avistar mesmo de longe; significava a morte certa. Durante a segregação o menino aprendia a tratar a mulher de resto; a sentir-se sempre superior a ela; a abrir-se em intimidades não com a mãe nem com mulher nenhuma, mas com o pai e os amigos (FREYRE, 2001).

Para Arantes (1995), a segregação sexual já se iniciava nos navios de imigração, pois devido à falta de mulheres brancas nas colônias portuguesas, meninas pobres eram sequestradas dos orfanatos de Lisboa e Porto para servir de companhia para os homens solteiros da baixa nobreza portuguesa. Sobre as dificuldades enfrentadas por meninos e meninas nessas viagens, numa clara alusão aos papéis sexuais, o autor conclui:

[...] em uma época em que meninas de 15 anos eram consideradas aptas para casar e meninos de nove anos plenamente capacitados para o trabalho pesado, o cotidiano infantil



a bordo das embarcações portuguesas era extremamente penoso para os pequeninos. Os meninos não eram ainda homens, mas eram tratados como se fossem, e ao mesmo tempo eram considerados pouco mais que animais cuja mão-de-obra deveria ser explorada enquanto durasse sua vida útil. As meninas de 12 a 16 anos não eram ainda mulheres, mas em idade considerada casadoura pela Igreja Católica, eram caçadas e cobiçadas como se o fossem. Em meio ao mundo adulto, o universo infantil não tinha espaço: as crianças eram obrigadas a se adaptar ou perecer (ARANTES, 1995).

Com isso, nota-se a distinção dos afazeres e a segregação de gêneros, sempre desprivilegiando as meninas, pois para as mesmas sobravam os afazeres domésticos sempre ressaltando a importância da honra e castidade, aos meninos, eram designados afazeres mais técnicos com o privilegio da educação e a ideia de poder sobre a mulher.

### **A importância do feminismo na luta contra as desigualdades de gênero.**

Simone de Beauvoir inicia sua obra de referência para os estudos sobre gênero, *O segundo sexo*, em evidente irritação por verificar que pouco foi esclarecido na história da filosofia sobre este ser designado muitas vezes como “fêmea” ou simplesmente como “mulher” – e ainda por notar o quão pesado é culturalmente este último termo, que traz consigo muitas definições, papéis e incumbências pré-definidas. Em geral, designar o sujeito com esses termos implica considerar sua constituição biológica e sua construção cultural, ou seja, para muitos o que define alguém como fêmea é o sexo (sua constituição biológica) e o que define alguém como mulher é o gênero (sua constituição cultural). Essa é a primeira regra define os sujeitos em sociedade e os condena a estar eternamente resignados com sua condição, atribuições ou características, como num processo lógico, imutável ou como uma fórmula matemática hipotética e simplista (Reis, 2013).

De acordo com Butler (2008), a presunção de haver uma identidade comum da “mulher”, no interior do feminismo, também atraiu o mesmo a presumir uma forma singular de opressão das mulheres, invariante nos diferentes contextos culturais, o que ficou concebido como patriarcado. Assim, o patriarcado universal seria um conceito amplamente invocado para oferecer a contingência histórica das mulheres, em termos de opressão patriarcal ou masculina, além disso, a autora nos esclarece a invocação urgente a esse status universal do patriarcado tinha o objetivo de fortalecer a representatividade das reivindicações do feminismo, motivando ocasionalmente a universalidade categórica



ou fictícia da dominação, considerada como responsável pela produção da experiência auto idêntica das “mulheres”.

## **METODOLOGIA**

A metodologia escolhida para o desenvolvimento desse artigo foi um levantamento bibliográfico de caráter empírico para a análise do machismo historicamente enraizado em nossa sociedade, evidenciando as dificuldades das meninas/mulheres em se auto afirmarem e superarem limites e desafios nos âmbitos sociais, educacionais e pessoais.

Segundo Galvão (2011), realizar um levantamento bibliográfico é se potencializar intelectualmente com o conhecimento coletivo, para se ir além. É munir-se com condições cognitivas melhores, a fim de: evitar a duplicação de pesquisas, ou quando for de interesse, reaproveitar e replicar pesquisas em diferentes escalas e contextos; observar possíveis falhas nos estudos realizados; conhecer os recursos necessários para a construção de um estudo com características específicas; desenvolver estudos que cubram lacunas na literatura trazendo real contribuição para a área de conhecimento; propor temas, problemas, hipóteses e metodologias inovadores de pesquisa; otimizar recursos disponíveis em prol da sociedade, do campo científico, das instituições e dos governos que subsidiam a ciência. Logo, a pesquisa científica inovadora, diferenciada do que foi até então produzido, requer prévio levantamento bibliográfico de qualidade. Qualidade que pode ser alcançada graças a um grande esforço coletivo e ao conhecimento de metodologias adequadas de busca por informação relevante.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O sujeito é uma questão crucial para a política, e particularmente para a política feminista, pois os sujeitos são invariavelmente produzidos por via de práticas de exclusão que “aparecem”, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política. Em outras palavras, a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento. O poder jurídico “produz” inevitavelmente o que alega meramente representar; conseqüentemente, a



política tem de se preocupar com essa função dual do poder: política e produtiva (Butler, 2003, p. 19).

De acordo com a autora, o conceito de gênero como culturalmente construído, distinto do de sexo, como naturalmente adquirido, formaram o par sobre o qual as teorias feministas inicialmente se basearam para defender perspectivas “desnaturalizadoras” sob as quais se dava no senso comum, a associação do feminino com fragilidade ou submissão, e que até hoje servem para justificar preconceitos.

O principal embate de Butler foi com a premissa na qual se origina a distinção sexo/gênero: sexo é natural e gênero é construído. O que Butler afirmou foi que, “nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino”. Para a contestação dessas características ditas naturalmente femininas, o par sexo/gênero serviu às teorias feministas até meados da década de 1980, quando começou a ser questionado.

Pode-se afirmar que o empenho de Beauvoir em tentar problematizar a definição de “a mulher” e as inúmeras constatações obtidas em suas pesquisas – como, por exemplo, a sujeição da mulher na história e, em especial, a constatação de que muitos acreditavam (e ainda acreditam) que ser mulher é algo similar a um erro, a um ser incompleto – tudo isso certamente deu início aos estudos feministas, posteriormente aos estudos de gênero e aos estudos sobre a sexualidade não normativa, culminando atualmente com os estudos “queer”. Penso ser aqui relevante pontuar algumas questões (Reis, 2013).

Nesse sentido, a célebre sentença que inaugura o segundo volume de *O segundo sexo* pode ser entendida como um dado em situação. Se ninguém pode viver de boa-fé à margem de seu sexo, escreve Femenías, “ser mulher” é ter-se tornado mulher, é ter-se feito tal qual cada uma se manifesta, escolhendo-se a partir de uma “situação”, que evidencia certo constrangimento, de um modo distinto dos homens. Pode-se ler aqui uma descrição fenomenológica da “situação real das mulheres para, em seguida, desmontar o que a cultura lhes impõe, apelando (sem razão alguma) para a „natureza“ de seu sexo”, tal como Beauvoir se propõe demonstrar em *O segundo sexo* (FEMENÍAS, 2012, p.313). Essa análise, feita já em 1949, é crucial para as interpretações posteriores, sejam as que apoiaram ou as que contestaram Beauvoir (Reis, 2013).



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nessa perspectiva, a crítica feminista às relações de poder opressoras vê-se, portanto, enredada em um paradoxo, uma vez que a “mulher universal” representada pelo feminismo é produto das mesmas relações de poder que pretende combater. Por isso, o feminismo deve, segundo Butler, evitar a estratégia política de buscar a causa abrangente da dominação da mulher, bem como a de definir o sujeito universal subordinado a essa dominação, pois desse modo legitima domínios de exclusão dentro do próprio feminismo (Butler, 2003, p. 19).

A violência imposta às mulheres é histórica e sua origem remonta a um sistema de dominação-subordinação que determina os papéis de cada sexo em sociedade, a partir de representações e comportamentos que devem ser obedecidos e que se alicerçaram, por muito tempo, em discursos essencialistas – como se, por uma determinação biológica, a forma de sentir, pensar e perceber o mundo fosse predefinida por nascer em um gênero específico, portanto, incontestável e definitivo. Com isso evidencia-se a importância de uma reflexão analítica e ressaltar a urgência de problematizações contextualizadas sobre as várias formas de preconceitos sofridos por mulheres na história até os dias atuais e a relevância no feminismo contemporâneo nessa causa para a hierarquia de gêneros seja cada vez mais desconstruída em nossa sociedade.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente ao meu orientador pela ajuda na construção do meu progresso como pesquisadora.

Aos meus pais, Zilda e Iraci que sempre confiaram na minha vida acadêmica

E, ao meu namorado, Leonildo, que sempre contribuiu aos meus estudos sendo um ótimo professor.



## REFERÊNCIAS

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed.

**Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.**

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade.

Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira, 2010.**

BUTLER, Judith. El género em disputa. El feminismo y la subversión de la indentidad.

Traducción Ma. Antonia Muñoz. Barcelona: **Paidós, 2008.**

MINELLA, Luzinete Simões. Papéis sexuais e hierarquias de gênero na História Social sobre infância no Brasi. **Cadernos pagu** (26), janeiro-junho de 2006: pp.289327

OLIVEIRA, Zilda Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. – São Paulo: Cortez, 2002. – (Coleção docência em formação).

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. 42a . ed. **Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2001.**

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de Crianças no Brasil;. Rio de Janeiro, Instituto Interamericano Del Nino/**Editora Universitária Santa Úrsula/Amais Livraria e Editora, 1995.**

HERNICK, Angélica & FARIA, Paula. HISTÓRIA DA INFÂNCIA NO BRASIL In: Grupo de Trabalho – **Educação da Infância, 2015.**

REIS, Daniela. IDEIAS SUBVERSIVAS DE GÊNERO EM BEAUVOIR E BUTLER. **Revista Sapere Aude, v.4 - n.7, p.360-367 – 1º sem. 2013.**

GALVÃO, MARIA CRISTIANE BARBOSA. Levantamento bibliográfico e pesquisa científica. Título do periódico: **Fundamentos de Epidemiologia, Volume/Número/Paginação/Ano: 424 p**